

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Acerca do mais relevante acontecimento na área de Educação ocorrido em 1994, resumimos o pronunciamento do ministro da Educação, professor Murílio de Avellar Hingel, na apresentação da publicação do Acordo Nacional, então firmado.

“O Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, com o apoio do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, foi proposto à discussão nacional em junho de 1993. A partir de então, utilizando metodologia de crescente participação democrática dos inúmeros atores envolvidos no processo educacional, percorreu abrangente trajetória, sendo debatido no âmbito de Estados, Municípios, Escolas e vários segmentos representativos da sociedade civil, recolhendo, em todos esses cenários, críticas e sugestões que, progressivamente, foram aproveitadas em seu permanente processo de aperfeiçoamento.

A metodologia usada na elaboração do Plano Decenal inspirou-se em pressuposto político maior de que era necessário contar com efetivo engajamento da sociedade civil na política de construção/reconstrução do sistema de educação básica. O binômio aliança-parceria, colocado como uma de suas estratégias, anunciava o propósito e a disposição do governo em somar esforços para poder enfrentar os desafios da educação básica com legitimidade e competência.

Diante da crise do sistema educacional brasileiro não seria possível cometer, novamente, o erro de impor soluções por decretos e portarias, concebidos *a priori*, sem audiência prévia às instituições e aos atores que, nas regiões mais distantes do País, enfrentam a dura luta do cotidiano escolar.

A política de alianças e parcerias não poderia permanecer restrita ao âmbito dos sistemas de ensino. A educação permeia toda a sociedade. Sobretudo nos dias atuais, com o reconhecimento universal da importância do conhecimento básico, da ciência e da tecnologia para a melhoria do bem-estar das nações e ampliação dos horizontes da cidadania, a educação, em todos os seus níveis e, no caso brasileiro, particularmente, a educação básica, precisa estar indistintamente na agenda diária de todos os cidadãos e instituições sociais do País.

Sem uma base mínima de conhecimentos, nenhuma Nação se candidata à cidadania plena e, por conseguinte, ao próprio processo de competitividade que domina o cenário atual das relações entre os países.

Todavia, em todos os fóruns e ambientes em que o Plano Decenal foi debatido — Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Entidades da Sociedade Civil, Confederações Patronais e de Trabalhadores, Escolas, Casas Legislativas, entre outras —, uma pergunta e uma postura de perplexidade emergiam obrigatoriamente: a situação do professor. Como pretender uma Política de Educação para Todos se medidas concretas não forem tomadas para melhorar a situação do magistério?

Perguntas desse gênero se repetiam amiúde. O MEC tinha consciência de que era necessário enfrentar o problema. Em hipótese alguma o órgão coordenador da educação nacional poderia ficar alheio a esse quadro desestimulante, que há muito vem minando as tentativas de reformas educacionais. Sem o adequado equacionamento dessa questão, o próprio

Plano Decenal e as metas mínimas estabelecidas para o decênio estariam comprometidos.

Nos últimos anos, greves e mais greves se multiplicaram nos sistemas estaduais e municipais de educação, algumas de longa duração, interrompendo iniciativas importantes e aumentando o conflito entre os poderes públicos e os sindicatos de professores. Diante da gravidade do impasse e de suas consequências para o País, o Ministério, no marco da política de parceria do Plano Decenal, retomou o diálogo com as entidades representativas do magistério e as dos dirigentes estaduais e municipais de educação, com o propósito de encontrar caminhos alternativos, envolvendo, no diálogo, que evoluiria para a mesa de negociações, outras entidades direta ou indiretamente relacionadas com o problema.

Sabia-se, de antemão, que, no conjunto do regime federativo do País, com a autonomia constitucional de que desfrutam os Estados Federados e seus Municípios, aliado a cenários econômicos e sociais diferentes, não seria factível à União tomar decisões nos moldes tecnocráticos tradicionais, ampliando mecanismos inócuos de governabilidade.

A legitimidade de uma solução deveria ser precedida por entendimentos e negociações, com o compromisso mais alto de apontar em direção às metas de qualidade estabelecidas pelo Plano Decenal, fugindo, dessa forma, de eventuais corporativismos e soluções isoladas, de efeito sabidamente sazonal.

A trajetória percorrida pelo Plano Decenal, em todo o território nacional, renovou esperanças e alargou as bases de sua sustentação civil. Faltava, no entanto, indicar um porto seguro, que servisse de âncora à profissionalização do magistério. Tanto o Seminário sobre a Profissionalização do Ministério e das Secretarias de Educação, quanto o de Formação de Professores, realizados recentemente em Brasília, como eventos preparatórios à Conferência Nacional, haviam ressaltado essa dimensão da política educacional, ou seja, o educador constitui a espinha dorsal da pedagogia da qualidade. Sem uma efetiva política de profissionalização do magistério, o máximo que se poderia esperar, para os próximos anos, seria a repetição de ilhas de renovação, perdidas num universo sempre crescente da quantidade sem qualidade.

A Conferência Nacional de Educação para Todos foi concebida e planejada para se configurar como o momento-síntese da trajetória de debates do Plano Decenal. Entretanto, para que essa expectativa se concretizasse seria preciso que da Conferência resul-

tasse algum tipo de concreção, isto é, um resultado objetivo que acenasse para o futuro.

Foi neste contexto que surgiu a idéia do Acordo que começou a ser trabalhado no âmbito do Grupo Executivo e do Comitê Consultivo do Plano Decenal e pelo Fórum Permanente do Magistério, colegiados integrados por representantes de segmentos da sociedade civil, que assessoram o Ministério na implementação da Política de Educação para Todos.

O Acordo Nacional de Educação para Todos é um compromisso maduro. Foi discutido e tornou-se consensual entre entidades responsáveis: Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Fórum dos Conselhos de Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), organizações não-governamentais, além do próprio Ministério da Educação e do Desporto.

Ele estabelece compromissos entre as partes e divide responsabilidades, antecipando, em muitos casos, o Projeto de LDB que está tramitando no Congresso Nacional. Fixa um piso salarial profissional, não sem considerar as diferenças regionais e a situação dos Estados e Municípios, que serão detectadas por intermédio de estudos e levantamentos, que constatem, de fato, as possibilidades e necessidades de cada caso. Além disso, houve a preocupação de incluir, no Acordo, o princípio da gradação, estratégia responsável, que permite o planejamento e os ajustes que daí decorrem.

O Acordo configura-se como um pacto pela qualidade.

Estou certo de que passo importante foi dado pelo Ministério da Educação e do Desporto, na certeza de que, no âmbito dos Estados e dos Municípios, e com a presença dos sindicatos e de outras entidades da sociedade civil, o seu desdobramento e a sua operacionalização se tornarão em breve realidade, mesmo porque a questão da educação básica se tornou inadiável.

Tanto em termos de cidadania quanto de competitividade, o investimento no ser humano, por intermédio de escolas de boa qualidade, é infinitamente mais importante."

MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL

Ministro de Estado da Educação e do Desporto